

## DIÁRIA

**Portaria Nº 39.514, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022.**

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,  
CONSIDERANDO o Memorando nº 029/2022-5ªCCG, protocolizado sob o Expediente nº 017793/2022.

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora RAQUEL SOARES DAMAS, Auditor de Controle Externo-Direito, matrícula nº 0101507, para participar do "VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, no Rio de Janeiro-RJ, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias e ½ (meia), para o período de 15 a 19-11-2022.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presidente

**Protocolo: 887654**

**Portaria Nº 39.512, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022.**

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,  
CONSIDERANDO o Memorando nº 072/2022-SETIN, protocolizado sob o Expediente nº 017864/2022.

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor CARLOS CÉSAR SILVA GOMES, matrícula nº 0100236, para participar do "VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas", no Rio de Janeiro - RJ, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias e ½ (meia), para o período de 15 a 19-11-2022.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presidente

**Protocolo: 887647**

**Portaria Nº 39.588, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022.**

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,  
CONSIDERANDO o Memorando nº 016/2022 - GAB. JSR, protocolizado sob o Expediente nº 016326/2022.

R E S O L V E:

DESIGNAR o Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA, matrícula nº 0101026, para participar do "XXIX Congresso Nacional do Conpedi", em Balneário Camburiú - SC, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias e ½ (meia), para o período de 06 a 10-12-2022.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presidente

**Protocolo: 887983**

## MINISTÉRIO PÚBLICO

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

#### DESIGNAR SERVIDOR

**Portaria Nº 7094/2022-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do e-mail datado de 3/11/2022, protocolizado no "SIP" sob o nº 16358/2022, em 3/11/2022,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça LEILA MARIA MARQUES DE MORAES, Vice-Coordenadora das Procuradorias de Justiça Cíveis para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador de referidas Procuradorias de Justiça, durante as férias do titular, RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, no período de 21/11 a 20/12/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 13 de dezembro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

**Protocolo: 887622**

#### CONTRATO

**Núm. do Contrato: 207/2022-MP/PA****Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação n. 052/2022-MP/PA.**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e empresa W DA S PAIXÃO (CNPJ 27.258.311/0001-01).

Objeto: serviço de acesso à internet, para o atendimento das necessidades da Promotoria de Justiça de Viseu.

Data da Assinatura: 13/12/2022

Vigência: 15/12/2022 a 15/12/2023.

Valor global: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), para um período de 12 (doze) meses.

Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 12101. 03. 091. 1494. 8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza de Despesa: 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Fonte: 0101 - Recursos Ordinários.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

**Protocolo: 887639**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

**TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022-MP/PA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que a empresa VOLTEC ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES EIRELI interpôs Recurso Administrativo em face do resultado da fase de classificação de propostas da Tomada de Preços nº 006/2022-MP/PA, que tem como objeto a adaptação de imóvel para funcionamento como sede do MPPA em Abaetetuba/PA.

Informamos que o inteiro teor dos recursos está disponível no site <http://www.mppa.mp.br/>, junto ao link da referida licitação, e que o prazo para apresentação de Impugnação às Razões Recursais correrá conforme o Art.109, §3º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, a contar desta publicação. Comissão Permanente de Licitação

**Protocolo: 888136**

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**Nº da Inexigibilidade: 033/2022-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa AOVIS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A. (CNPJ 05.555.382/0001-33).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 42 ASSINATURAS/LICENÇAS ANUAIS DE ACESSO À PLATAFORMA ALURA - AOVIS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S. A.

Valor Total: R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), referente ao valor unitário de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, c/c art. 13, inc. VI, da mesma lei.

Data da Assinatura: 13/12/2022

Dotação Orçamentária: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12101.03.122. 1494.8760 - Governança e Gestão; NATUREZA DA DESPESA: 339040 - Serv. De Tecno. da Infor. e Comum - Pessoa Jurídica; FONTE: 0101 - Recursos Ordinários

Ordenador Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR.

**Protocolo: 887633**

**Nº da Inexigibilidade: 035/2022-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS E PESQUISA LTDA (CNPJ 02.593.165/0001-40).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA E ACONSELHAMENTO IMPARCIAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO, NA FORMA DE ASSINATURAS PARA ACESSO A BASES DE CONHECIMENTOS, BEM COMO SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE APOIO À CONSULTA, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS REFERIDAS BASES.

Valor Total: R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

Fundamento Legal: artigo 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/1993, c/c inciso II e III do art. 26 do mesmo diploma legal.

Data da Assinatura: 14/12/2022

Dotação Orçamentária: Funcional-Programática:12101.03.091.1494.8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais Elemento de Despesa - 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte - 0101 - Recursos Ordinários

Ordenador Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR.

**Protocolo: 887989**

**Nº da Inexigibilidade: 034/2022-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa OSM CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA (CNPJ 88.633.680/0002-02).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, SERVIÇO DE SUSTENTAÇÃO, GARANTIA DE EVOLUÇÃO E SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOB DEMANDA DO SISTEMA DE GESTÃO DE RH E FOLHA DE PAGAMENTO MENTORH.

Valor Total estimado: R\$ 5.851.800,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil e oitocentos reais).

Fundamento Legal: artigo 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/1993, c/c inciso II e III do art. 26 do mesmo diploma legal.

Data da Assinatura: 14/12/2022

Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 12101. 03. 122. 1494. 8760 - Governança e Gestão. Natureza de Despesa: 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica. Fonte: 0101 - Recursos Ordinários

Ordenador Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR.

**Protocolo: 887955**

#### APOSTILAMENTO

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO****Núm. do Contrato: 036/2021-MP/PA**

Núm. da Apostila: 001

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa ORIXINET TELECOM LTDA.

Objeto do Contrato: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Óbidos/PA

Justificativa do Apostilamento: Retificação da data de vigência constante na Cláusula Segunda do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 036/2021-MP/PA, conforme a seguir:

Onde se lê: "Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 12/07/2022, nos termos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Nona, item 9.1, do contrato em apreço."

Leia-se: "Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 13/07/2022, nos termos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Nona, item 9.1, do contrato em apreço."

Data de Assinatura: 14/12/2022.  
 Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

**Protocolo: 887670**

**TERMO ADITIVO A CONVÊNIO**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONVÊNIO**

**Núm. do Termo aditivo: 1º**

Núm. do Convênio: 001/2022-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o BANCO DAYCOVAL S/A.

Objeto do Contrato: Realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referentes a empréstimos e financiamentos concedidos pelo BANCO DAYCOVAL aos membros e servidores do MINISTÉRIO PÚBLICO.

Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, nos termos da Cláusula Segunda do contrato em apreço.

Data de Assinatura: 14/12/2022

Vigência do Aditamento: 21/01/2023 a 20/01/2024.

Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

**Protocolo: 887789**

**PENSÃO**

**Portaria Nº 7092/2022-MP/PJG**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do requerimento datado de 8/8/2022, protocolizado no "SIP" sob o nº 11701/2022, em 9/8/2022,

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 316/2022-ASS/JUR/PJG, datado de 27/9/2022, acolhido in totum por esta Procuradoria-Geral de Justiça, R E S O L V E:

CONCEDER, com fundamento no art. 6º, inciso I, § 2º; 14, § 1º, 25-A, § 1º da Lei Complementar nº 039/2000, com as alterações da Lei Complementar nº 128/2020, PENSÃO POR MORTE vitalícia, em favor de JAICELEY DOS SANTOS SILVA, ex-companheira do Adjunto de Promotor de Justiça de 1ª Entrância Aposentado deste Ministério Público Estadual, CLAUDINO DE ARAÚJO E SILVA, Matrícula nº 805.849, falecido em 30/6/2022, benefício que, nesta situação, em termos brutos, corresponde a R\$ 4.864,71 (quatro mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e setenta e um centavos), com o atendimento dos requisitos legais estabelecidos no art. 6º, § 7º da Lei Complementar nº 039/2000, e reajuste nos mesmos índices e datas aplicáveis aos membros da ativa, com base no art. 93 da Lei Complementar nº 01/1981 c/c art. 54, alínea "b", de referida Lei Complementar; em rateio com a Srª. ANA DA COSTA MENDES, ex-cônjuge, beneficiária de pensão alimentícia, cujo valor bruto corresponde a R\$ 1.216,18 (mil duzentos e dezesseis reais e dezoito centavos), nos termos da Portaria nº 5322/2022-MP/PJG, de 19/9/2022, publicada no D.O.E. de 21/9/2022, conforme abaixo discriminado

TOTAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - JUNHO/2022

DESCRIÇÃO	REF	VALOR EM R\$
PROVENTO	30 DIAS	10.134,81
TOTAL BRUTO		10.134,81

**BASE DE CÁLCULO DA PENSÃO**

PROVENTO INTEGRAL		10.134,81
COTA FAMILIAR	50%	5.067,41
COTA POR DEPENDENTE	10%	1.013,48
(=) PROVENTOS DE PENSÃO		R\$ 6.080,89

**RATEIO DE PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE**

ANA DA COSTA MENDES (Pensão Alimentícia)	20%	R\$ 1.216,18
JAICELEY DOS SANTOS SILVA		R\$ 4.864,71

Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar da data do óbito (30/6/2022), em observância ao disposto no art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 039/2002, de 9/1/2002 - Regime de Previdência Estadual do Pará.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 13 de dezembro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

**Protocolo: 887623**

**OUTRAS MATÉRIAS**

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 002/2021-MP/PA**

**NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA**

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO GOMES DA SILVA

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de

25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 003/2021-MP/PA**

**NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA**

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: MARINA GUIMARÃES DE ALENCAR RENDEIRO

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 004/2021-MP/PA**

**NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA**

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: ELBA CHARLEM MACEDO DA PONTE

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 005/2021-MP/PA**

**NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA**

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: EVELLYN DOS SANTOS RODRIGUES DO VALE

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 006/2021-MP/PA**

**NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA**

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: REBECA CUIMAR BORGES CARTAGENES

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços es-